

You are now a central banker



» REGINALDO NOGUEIRA
Diretor nacional do Ibmc

mercado, as projeções fiscais permanecem frágeis. A mediana das previsões de mercado do Relatório Focus indica déficits primários de 0,6% do PIB tanto em 2025 quanto em 2026, enquanto a dívida pública bruta deve atingir algo próximo a 81% e 85% do PIB nesses anos. Pior, mesmo olhando para horizontes mais longos, como 2027 e 2028, o mercado não enxerga equilíbrio do resultado primário.

A deterioração das expectativas de inflação foi significativa: desde o fim de novembro, a mediana das previsões para 2025 saltou de 4,4% para 5,7%, enquanto para 2026 subiu de 3,8% para 4,4%, desviando-se consideravelmente da meta de 3% ao ano, com um limite de tolerância de até 4,5%. E o cenário pode se agravar, já que, em fevereiro, a inflação de 1,31% foi a maior desde 2003. No acumulado em 12 meses, a inflação já está em 5,06%.

A ata da última reunião do Copom preservou o tom firme da administração anterior de Roberto Campos Neto e reconheceu que o hiato do produto está positivo, a inflação resiliente no setor de serviços, e o mercado de trabalho ainda apertado. Esse contexto reforça que o último ajuste de juros e a sinalização de um novo aumento, decididos antes da mudança de comando no Banco Central, estavam na direção certa. O mercado já precifica esse aumento de um ponto percentual na reunião de março, que ocorrerá na próxima semana, e que deve levar a taxa Selic a 14,25% ao ano.

As decisões do Copom serão analisadas de perto, não apenas porque esse aumento foi definido na gestão anterior, mas principalmente porque o mercado buscará sinais claros sobre a disposição

do novo comando em controlar a inflação. Em contextos de teoria dos jogos, um Banco Central com inclinação mais branda em relação à inflação pode adotar estratégias de comunicação e medidas que transmitam uma imagem de maior rigor para preservar sua credibilidade, especialmente se os custos reputacionais de revelar uma postura mais flexível forem elevados.

Assim, as reuniões a partir de maio serão decisivas para sinalizar a posição do Banco Central ao mercado. Se os riscos indicarem um afastamento das expectativas da meta e os indicadores continuarem apontando para uma inflação resiliente, o Banco Central poderá ser forçado a agir não apenas para evitar a erosão do juro real, mas também para intensificar o aperto monetário. Mesmo que os dados sejam conflitantes e haja incerteza no mercado quanto à dinâmica futura, o BC terá que escolher entre reforçar sua credibilidade ou arriscar um cenário no qual a política monetária perde efetividade. Esse último caso implicaria em juros elevados por mais tempo, com custos significativos para a sociedade até que a confiança fosse restabelecida.

Um auxílio do governo no campo fiscal seria fundamental para reduzir o custo de desinflação da economia brasileira, e o impacto de juros mais altos sobre o setor privado. Enquanto isso, Galpólo e sua equipe estarão sob constante escrutínio do mercado para manter a credibilidade da política monetária em um cenário fiscal adverso. Com o cumprimento da meta de inflação sob pressão, a condução da política exigirá decisões difíceis, como Volcker sinalizou a Greenspan.

» ALEX FERREIRA
professor associado da FEA-RP/USP

Se um banqueiro central frequentemente aplica tomar decisões impopulares para manter a estabilidade econômica. A frase “You are now a central banker”, enviada por Paul Volcker a Alan Greenspan, simboliza essa responsabilidade: conter a inflação e salvaguardar a credibilidade da política monetária, mesmo diante de pressões políticas e reações adversas. Volcker repassou essa frase em um bilhete enviado a Greenspan após a primeira reunião em que este, como presidente do Federal Reserve, ao final da década de 1980, decidiu elevar as taxas de juros, marcando um momento crucial de sua gestão.

No Brasil, a condução da política monetária ocorre em um ambiente de forte pressão fiscal. A política de ajustes de gastos adotada até aqui não tem favorecido a estabilização das expectativas de inflação e impõe desafios adicionais ao Banco Central. Desde o anúncio, em novembro de 2024, de medidas de corte de gastos consideradas insuficientes pelo



Amazônia Negra: adaptação climática como reparação histórica



» VIRGÍLIO VIANA
Engenheiro florestal,
superintendente geral da
Fundação Amazônia Sustentável,
professor da Fundação Dom Cabral

Três eventos culturais do carnaval de 2025 destacaram uma dimensão pouco difundida da Amazônia: sua matriz de origem africana. De um lado, em Salvador, Carlinhos Brown fez uma reverência ao Marabaixo, uma manifestação cultural de origem africana típica de comunidades afrodescendentes do Amapá. Ao mesmo tempo, em Manaus, a Escola Reino Unido do Morro da Liberdade, campeã do Carnaval de 2025, fez uma homenagem à sua ancestralidade africana. Para completar, a Acadêmicos do Grande Rio, no Rio de Janeiro, celebrou a riqueza cultural do Pará, mostrando o processo de formação do Tambor de Mina, uma religião afro-brasileira. Essas e outras manifestações culturais servem para mostrar o quão importante é a presença negra e parda na Amazônia e a sua influência sobre a história, a sociedade, a cultura, o meio ambiente e a economia da região.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, a Região Norte possuía o maior percentual de população indígena de todo o Brasil (3,11%). Por outro lado, a população preta ou negra era quase três vezes maior que a indígena (8,82%). No entanto, essa presença negra é menos visível e pouco considerada quando se trata de Amazônia.

No Amapá, o Marabaixo é símbolo da identidade negra local e remonta ao período da escravidão. Inclui dança de roda, canto e percussão, ligados às festas que fazem um sincretismo entre o catolicismo e as religiões de matriz africana. A presença de populações e culturas afrodescendentes no Amapá se iniciou ao século 16, mas o grande impulso ocorreu no final do século 18. No início do século 19, havia mais pretos do que brancos no Amapá. O Marabaixo desagradava setores da sociedade amapaense, que chegaram a combatê-lo publicamente.

Entretanto, a partir dos anos 1980, a dança começou a passar por um projeto de resgate e valorização conduzido pelas próprias comunidades negras e movimentos sociais, com apoio do poder público estadual. A partir dos anos 2000, diversas leis estaduais tiveram como objeto salvaguardar o Marabaixo como patrimônio cultural. Em 2025, Carlinhos Brown fez uma homenagem ao Marabaixo no carnaval de Salvador, com a exposição Amazônia Negra.

Em Manaus, a escola de samba do Reino Unido do Morro da Liberdade celebrou, em 2025, a sua ancestralidade afro. A agremiação nasceu de um terreiro de umbanda situado no bairro Morro da Liberdade, cujo nome é uma homenagem à libertação dos escravos na Província do Amazonas, ocorrida em 1884.

Em 2025, a Reino Unido foi novamente campeã, com o enredo Épahey, Reino Unido! Mojobá, Gbogbo Orixá!. “Épahey, Oyá” é uma saudação à Iansã, orixá dos raios e dos ventos “Mo júbá gbogbo Orixá” pode ser entendida como aquele que guia pelo

caminho ao orixá. Entre os muitos orixás citados no enredo, vale destacar Oxóssi, que é um orixá guerreiro, rei das matas e das florestas.

O Pará foi homenageado pela Acadêmicos do Grande Rio, que encantou a Sapucaí com o enredo Pororocas Parawaras — As águas dos meus encantos nas contas dos curimbós. O desfile mostrou o processo de formação da religião afro-brasileira Tambor de Mina. A Tambor de Mina é uma religião afro-brasileira muito praticada no Pará e em outros estados do Brasil, especialmente o Maranhão. Na Tambor de Mina, são cultuados orixás, entidades africanas com nomes brasileiros e caboclos.

Considerar a população afrodescendente na Amazônia, sua cultura e seus valores é fundamental para combater a degradação ambiental e promover a prosperidade das sociedades amazônicas. O enorme respeito das culturas africanas pela natureza é um ativo estratégico que deve ser valorizado e incorporado nos programas de conservação ambiental. Os elevados índices de pobreza, discriminação e violência, por outro lado, apontam para a necessidade de programas sociais específicos para a Amazônia negra, que ainda luta por seus direitos básicos de acesso à terra e à segurança alimentar.

Os impactos das mudanças climáticas tendem a aumentar as desigualdades entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira. Diante disso, no contexto da COP30, é essencial elaborar planos de adaptação da Amazônia negra às mudanças climáticas. Isso é essencial para repararmos dívidas históricas do regime escravocrata e evitar o agravamento da injustiça climática no Brasil.

Anistia e pacificação



» GENERAL PAZUELLO
Deputado federal

Anistia, como instrumento jurídico e político, tem sido uma ferramenta essencial na construção da identidade brasileira, amenizando as crises políticas, disputas e divisões que tanto marcaram nossa história. Desde o período colonial até os dias atuais, o Brasil experimentou intensos conflitos internos e políticos, cujos desfechos nem sempre foram pacíficos. Nesse sentido, a concessão de anistias se revelou como um caminho de pacificação, permitindo a reconciliação da sociedade e a continuidade do desenvolvimento nacional sem vinganças e perseguições.

Durante o Império, figuras como Duque de Caxias desempenharam um papel fundamental na pacificação das revoltas, não apenas por meio de estratégias militares, mas também por suas habilidades humanas em unir as partes conflitantes. Caxias foi um exemplo de liderança que não apenas considerava os interesses políticos, mas também as pessoas, algo fundamental para uma verdadeira reconciliação.

No século 20, o Brasil passou por momentos de grande turbulência política, entre eles, a Revolta de 22, as Revoluções de 30 e 32, a Intentona Comunista de 35, a Era Vargas (1930 a 1945) e o Regime Militar (1964 a 1985).

No governo de Getúlio Vargas, o instrumento da anistia teve um papel fundamental. Em momentos de tensão política, Vargas concedeu anistias a opositores como forma de restaurar a ordem e integrar novamente os exilados e presos políticos ao processo de construção do país.

A Intentona Comunista, um movimento de oposição ao governo Vargas, é um exemplo emblemático de como a anistia foi necessária para evitar um maior esgarçamento do tecido social. A tentativa de golpe liderada por militares e comunistas foi reprimida, mas, após a queda do Estado Novo e a redemocratização em 1945, muitos dos que foram presos ou exilados durante esse período receberam anistia, o que permitiu ao Brasil superar um capítulo de forte repressão e polarização.

Elaborada ainda durante o regime militar, a Lei da Anistia de 1979 se tornou um marco de reconciliação, apesar das controvérsias que surgiram em torno dela. Essa lei concedeu anistia ampla, geral e irrestrita, tanto a opositores do regime quanto aos agentes do Estado envolvidos em crimes políticos.

Sem dúvidas, essa anistia não só foi o elemento-chave da transição do país para a democracia plena, mas também uma demonstração explícita da crença do nosso povo na força desse instrumento político, tantas vezes usado para a conciliação nacional.

Foi o processo da anistia que permitiu ao Brasil superar as feridas do regime militar sem derramamento de sangue e avançar para a redemocratização com a garantia de direitos e liberdades que por vezes haviam sido suspensos.

Hoje, o Brasil se encontra novamente em um momento de polarização extrema. A discussão sobre a anistia para os envolvidos nos atos de vandalismo em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, reacendeu um debate sobre como trabalhar justiça com reconciliação. A polarização é uma realidade, mas é importante frisar que a divergência de ideias em si não é um problema; mas, o extremismo, sim.

A grandeza do Brasil pode ser refletida na forma como seus cidadãos, líderes e instituições respondem a esses desafios. Se olharmos para o passado, podemos aprender com os exemplos de pacificação, como os de Caxias.

Agora é o momento de repetir essa grandeza, reduzir a polarização extrema e deixar que o país naturalmente avance na normalidade democrática, sem a “ressurreição” dos enormes entraves jurídicos já superados política e legalmente. Graças às anistias do passado, muitos que antes se opunham foram beneficiados e hoje ocupam papéis importantes na política, na imprensa e na sociedade. Nesse contexto, é importante ressaltar que uma anistia não é estabelecida para se fazer justiça, como vingança ou reparação, nem tão pouco decreta esquecimento, mas, sim, trata-se de uma sábia medida jurídica pensada com o objetivo de superar os erros do passado e conciliar a nação no difícil enfrentamento do presente.

Se queremos construir um futuro de estabilidade e harmonia, a perseguição aos “inimigos” deve terminar e a polarização extrema, embora inevitável em momentos de debate, precisa ser superada. O exemplo dos grandes pacificadores da nossa história deve ser o farol para que possamos, todos juntos e unidos, avançar como irmãos brasileiros rumo a um futuro mais justo e próspero.